

A gênese da profissão naval

Carlos André Lopes da Silva

Capitão de Corveta (T), mestre pelo Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro do Laboratório de Estudos dos Militares na Política. Atua como pesquisador da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha há pouco mais de dez anos.

Resenha de ELIAS, Norbert. *The Genesis of the Naval Profession*. Dublin: University College Dublin Press, 2007.

Talvez hoje já soe algo repetitivo afirmar que os militares e as Forças Armadas foram deixados de lado como objetos de investigação pelas Ciências Sociais brasileiras. José Murilo de Carvalho, em meados dos anos sessenta, quando publicou a primeira versão de um texto singular sobre o envolvimento das instituições militares na construção de alternativas conservadoras para o Estado brasileiro nas primeiras décadas da República¹, apontava para essa lacuna que, mesmo depois de preenchida pelo crescente número de historiadores, sociólogos e antropólogos que se dedicaram a temas militares a partir da segunda metade da década de 1980, não deixou de tratar um universo tão heterogêneo como esse com alguma dose de simplificação.

E uma dessas recorrentes simplificações vem da própria compreensão generalista, adjetivo “militar” que, por vezes, especifica elementos ligados às forças de terra, mas comumente indica – e “coloca no mesmo saco” – entes da Marinha, do Exército e da Força Aérea. O que pode haver de singularidade em cada uma dessas instituições estaria justamente no cenário em que desenvolvem suas atividades – terra, mar e ar – e nos meios que empregam para executá-las, demandando treinamentos e, conseqüentemente, produzindo profissionais e *élans* dis-

tintos. E é justamente no entendimento de uma dessas especificidades que o celebrado sociólogo alemão Norbert Elias investiu quando delimitou o nascimento da “profissão naval” perseguindo a dinâmica da formação do corpo de oficiais da Marinha inglesa, entre os séculos XVI e XIX.

Os estudos de Elias sobre a “profissão naval” tiveram um trajeto tortuoso, semi-edificados em dois ensaios publicados com um intervalo de 27 anos. O primeiro, *Studies in the Genesis of Naval Profession*, saiu em 1950 no prestigiado periódico *British Journal of Sociology*. Naquele ambiente de pós-guerra, Elias ainda tentava encaixar-se no cenário intelectual e acadêmico inglês. Mesmo tendo chegado a Londres em 1935, naquele começo de década ainda não tinha se fixado como professor, somente alguns anos depois conseguiria um cargo na Universidade de Leicester. A intercessão de temas – a Marinha inglesa e a gênese de uma profissão – tão caros às ciências sociais britânicas foi também um caminho para que Elias pudesse adentrar naquele restrito círculo acadêmico. Já o segundo apareceu em 1977 na proeminente revista holandesa *De Gids* sob o título *Drake en Doughty: De Ontwikkeling van een Conflict*. O sociólogo alemão já desfrutava de crescente reconhecimento nos círculos universitários – com suas primeiras obras traduzidas

do alemão para diversos idiomas – e tinha se fixado justamente em Amsterdã, porém o apartamento daquele artigo com o de escopo mais amplo publicado na Inglaterra fazia com que o publicado na Holanda fosse lido como uma curiosa narrativa do conflito entre dois *privateers* de origem social distinta a serviço da rainha Elizabeth I. Os dois ensaios somente poderiam ser completamente apreendidos quando conectados, pois eram as etapas iniciais de um abrangente estudo em que Elias intentava mapear a dinâmica da formação de um corpo profissional vinculado a uma demanda essencial do Estado inglês – a concretização de seu monopólio da violência no ambiente marítimo. Proposta que ficou inacabada, pois Elias não publicou em vida um terceiro texto em que se propunha demonstrar o amálgama de qualificações provocado pelo relacionamento conflituoso entre dois grupos socialmente distintos que disputaram aquela função militar, balizando o que veio a ser o perfil esperado do oficial da Marinha britânica no final do século XVIII e início do seguinte.

O projeto original de Elias de um livro sobre o tema foi parcialmente concluído em 2007, com a publicação daqueles dois ensaios junto a manuscritos inéditos em um volume da coleção *The Collected Works of Nibert Elias* da *University College Dublin* intitulado *The Genesis of the Naval Profession*, organizado, como toda aquela coleção, pelos sociólogos René Moelker e Stephen Mennell.

Nessa obra Elias aponta que a crescente complexidade da guerra no mar – arraigada pela introdução das tecnologias vinculadas à “revolução militar” dos séculos XVI e XVII² – e o aumento de sua importância frente à atividade guerreira levada a cabo por forças de terra em uma nação insular induziram que o comando militar de navios não permanecesse exclusividade de determinados estratos da nobiliarquia, os *gentlemen*, como foram conservados, por muito tempo no caso inglês, em terra. O sucesso de empreendimentos corsários, como o de Francis Drake, e as condições sociopolíticas vigentes na Inglaterra elisabetana permitiram o ingresso de homens oriundos dos “baixos estratos” – como o próprio Drake, filho de

um marinheiro que tornou-se pregador protestante – a postos de comando militar no mar quando traziam consigo a experiência prática necessária para conduzir um navio, quase sempre adquirida no comércio marítimo ou na pesca.

Conforme destaca Elias, os *gentlemen* viam fugir de seu uso exclusivo funções de comando militar quando estas estavam ligadas ao mar. Estes homens, que contavam com um instrumental próprio para impor a sua liderança frente às tropas formadas por camponeses, dado pela sua posição social, educação qualificada e redes de clientela, não detinham, a princípio, qualquer experiência nas atividades marítimas, nem acerca dos saberes indispensáveis para a condução de uma embarcação, nem sobre de qual legitimidade dispor para se sobrepor aos *seamen* (marinheiros). Era justamente essa “batalha” pelo comando militar dos navios do rei e pela obediência de suas tripulações que dava sentido às desavenças entre Drake, o corsário, e Thomas Doughty, o empobrecido *gentleman*, durante a expedição de 1577-78 contra as linhas de comunicação marítima espanholas.

Os continuados embates entre dois grupos aos quais o rei confiava o comando dos seus navios – os comandantes *gentlemen*, de um lado, e os comandantes *taraulins*, do outro – foram “característicos do estágio inicial do surgimento de uma nova profissão – a do oficial de marinha – [e] eram sintomáticos de uma luta de poder resultante da crescente interdependência mútua de dois grupos sociais anteriormente independentes.”³ E a disputa entre esses dois modelos de competências para o comando militar-naval marcou o surgimento da profissão naval na Inglaterra e a própria conformação do corpo de oficiais da Marinha inglesa, que ascenderia como a principal marinha de guerra já no século XVIII e seria um dos principais instrumentos da supremacia britânica no século seguinte. O que fica patente na análise de Elias é que o processo que levou à consolidação da profissão naval na Inglaterra não foi replicado nas monarquias continentais ao longo do século XVIII.

Ao invés da dialética que levou à normalização das qualificações esperadas de um

oficial, e à homogeneização do próprio oficialato da Marinha inglesa através da qualificação técnica dos *gentlemen*, as monarquias continentais tenderam a produzir “escolas para nobres”, que educariam muitos dos comandantes dos navios franceses e espanhóis que lutaram, e perderam, em Trafalgar. Enquanto, na Marinha inglesa foi instituído, em meados do XVIII, o posto de *midshipman* para treinar jovens *gentlemen* na miríade de conhecimentos vistos como necessários para um oficial de marinha, institucionalizando o aprendizado prático nos navios de guerra – replicando o modo como eram formados os comandantes *tarpaulins* –, as “academias navais” da França e da Espanha investiram em um ensino de forte conteúdo científico – exemplificado pelo *Cours de mathématiques a l’usage des Gardes du Pavillon et de Marine* do matemático francês Étienne Bezout. Esperava-se que os futuros comandantes de navios de guerra aplicassem o conhecimento matemático adquirido na navegação, cartografia e na balística, porém, tal formação essencialmente teórica distanciava-os da gestão mais imediata da batalha, “saber” somente adquirido através do treinamento que aproximasse tanto quanto possível o que deveria ser aprendido da ação real.

O conceito de profissão naval de Elias destaca a formação especializada pautada na prática, na experiência advinda de uma continuada formação a bordo de navios de guerra. Contudo, o aprendizado pela prática, conforme proposto para os *midshipmen*, obrigava a superação da noção de mácula

mecânica⁴ pela nobreza empregada no serviço naval. A apreensão da profissão naval dentro da Marinha inglesa, que se dava, necessariamente, numa relação mestre-aprendiz em um aprendizado pela prática e de distintivo manual, não era passível de ser aceita e valorizada em sociedades que distinguiam e, claramente, antagonizavam o trabalho do espírito do corpo, o que incluiria, para além das Monarquias absolutistas de França e Espanha, o duradouro Antigo Regime português.⁵

Se pudéssemos afirmar, como o faz Elias a partir dos exemplos francês e espanhol, que o aprendizado prático manteve-se apartado do ensino teórico na experiência lusa, concluiríamos que o próprio desenvolvimento da função de oficial dentro do aparato naval herdado pelo Império brasileiro não encontrou a profissão naval conforme foi acolhida pelos oficiais da Marinha inglesa.

The Genesis of the Naval Profession tem muito em comum com os trabalhos mais difundidos de Norbert Elias, longe do corrente na Sociologia das Profissões produzida na Inglaterra no imediato pós-guerra, não há aqui uma separação da construção do conhecimento que delimita uma profissão dos homens que nela labutam. O conflito está tão presente nesse trabalho de Elias como o mitigado pela etiqueta no seu estudo da sociedade de corte francesa ou nas relações entre estabelecidos e *outsiders* na pequena Winston Parva, porém, desta vez, fornecendo proposições preciosas para os que lidam com a história naval.

¹ CARVALHO, José Murilo. “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador” In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. t. III: Rio de Janeiro: Difel, 1977.

² PARKER, Geoffrey. *The military revolution: military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 16-19.

³ ELIAS, Norbert. *The Genesis of the Naval Profession*. Dublin: University College Dublin Press, 2007, p. 74-75.

⁴ A mácula ou defeito mecânico denunciava que um indivíduo era oriundo de “baixa extração social”, já que, em algum momento, tinha tirado seu sustento do trabalho manual, identificado com os ofícios mecânicos organizados através das corporações. “O exercício de atividades manuais implicou, desde cedo, a degradação dos ofícios, do que resultou a noção de ‘defeito mecânico’ – impedimento que inabilitava para certos cargos os descendentes de artesãos e mesmo de mercadores. Em razão disso, os portadores de tal ‘defeito’ não podiam ser qualificados como ‘homens bons’, sendo impedidos de ocupar cargos municipais, de ser nomeados como oficiais de milícias ou receber títulos honoríficos.” GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. OFÍCIOS mecânicos. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 434.

⁵ Em uma “sociedade ancorada nas aparências” a exteriorização da posição elevada dos indivíduos na hierarquia social se dava na sua apresentação como proprietário que vivia da renda amealhada por suas terras, “homens livres da mácula mecânica que, de acordo com o modelo social corporativista, era exigência prévia ao ingresso no grupo dos nobres, já que os oficiais mecânicos constituíam-se a ‘antítese’ do mesmo.” STUMPF, Roberta Giannubilo. Nobreza na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais. *Almanack*, Guarulhos, nº 1, p. 119-136, 1ª semestre de 2011. p. 124.

